

CONTRATO MISTO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO SERVIÇOS
CONTRATO REF.ª N.º 28_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

PROZINCO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO, S.A.

CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.^a N.º 28_ GPENAPOR_2022

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**;

E

PROZINCO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO, S.A., com sede na Rua D. Manuel Ferreira da Silva n.º 2D, 3860-210 Estarreja, Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Estarreja sob n.º 203 Fls. 66 do Livro C1, titular do Alvará de Construção n.º 17830-PUB, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Manuel Henrique Tavares de Sant'Ana**, portador do Cartão Cidadão N.º 08771256, residente na Rua Poeta Castelão, 3860-202 Estarreja, na qualidade e representante legal da PROZINCO Construção e Manutenção, SA, adiante designada **Segunda Outorgante**;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de fornecimento e instalação que se regem pelas seguintes cláusulas:



Considerando que:

- a) Dos encontros e discussões mantidas entre as outorgantes infra, constatou-se que havia necessidade de novos trabalhos **não previstos no contrato inicial e adenda**, nomeadamente relacionados com trabalhos de adaptação do projeto as situações no terreno e situações operacionais, dentre as quais derivadas de o projeto estar dentro do recinto da Frescomar, projeto transformando uma vala em caleira devido ao elevado nível freático que não permitiria trabalhar nas tubagens em valas que ficam totalmente alagadas, fazendo com que seja imprescindível a construção das caleiras, atualização do processo do aço carbono e do aço nervurado para feitura das caleiras tipo 2 ,a alteração dos preços do aço carbónico;
- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante desencadeou o processo de ajuste direto, consubstanciada nos pontos 1 a), f), g) e 2 ambas do artigo 39º do CCP (Código Contratação Pública). Estamos perante casos de entregas e serviços complementares que não poderão ser separados do contrato inicial, derivado de questões técnicas;
- b) A minuta do contrato de fornecimento e instalação foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Cláusula 1ª
(Objeto)

A Segunda Outorgante compromete-se a **executar os trabalhos nos termos constantes nos orçamentos de 01 a 21** com vista a conclusão da instalação dos dois Pipelines de 10", transporte do Jet A1 e Gasolina, que se localiza entre o novo Cais do Porto Palmeira e os Terminais Petrolíferos da Palmeira da Enacol e da Vivo Energy , na ilha do Sal em Cabo Verde.

Cláusula 2ª
(Regime)

- 1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
- 2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer e a proceder a toda a instalação dos dois sistemas (Pipelines de Gasolina e Jet A1), descritos na Cláusula anterior, pelo valor abaixo indicado, sem direito a revisão de preços.

Cláusula 3ª
(Preço)

1. O preço para a realização dos trabalhos referidos na cláusula 1ª, incluindo testes de funcionamento, é de **25.223.311\$00** (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e três mil e trezentos e onze escudos), montante sobre o qual incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Cláusula 4ª
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A Primeira Outorgante liquidará a Segunda Outorgante, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da assinatura do presente contracto, o montante de **7.566.993\$00** (sete milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e novecentos e noventa e três escudos), uma soma equivalente a 30% do preço global do contrato, pelo fornecimento e montagem, correspondentes ao adiantamento previsto.
2. Todo remanescente, correspondente aos 70% do valor global proposto, será liquidado mediante entrega dos trabalhos realizados e dos respetivos Autos de Medição Mensais e respetivas faturas;
3. A faturação dos trabalhos da obra será emitida mensalmente, até ao dia 5.º (cinco) do mês subsequente, a contra da aprovação do auto de medição e conta corrente respetiva, nos termos do disposto nos artigos 156.º e seguintes do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA).
4. A Segunda Outorgante emitirá a fatura em nome da Primeira Outorgante, que lhe será remetida para o endereço indicado.
5. O pagamento da fatura será efetuado no prazo de 20 ou 30 (vinte ou trinta) dias após a data da sua receção.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, a(s) fatura(s) serão pagas através de transferência bancária para a conta da Segunda Outorgante.
7. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), a Primeira Outorgante deverá comunicar este fato a Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 5 (Cinco) dias após receção da respetiva fatura (s), ficando a Segunda Outorgante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Nenhuma apólice de seguro poderá ser alterada, substituída, suspensa ou cancelada pela Segunda Outorgante sem prévia autorização por escrito da Primeira Outorgante.
5. Os encargos referentes aos seguros previstos nos números anteriores, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da conta da Segunda Outorgante.

Cláusula 10.^a
(Segurança, Saúde e Ambiente)

1. É da responsabilidade da Segunda Outorgante, cumprir e fazer cumprir pelo seu pessoal o disposto na legislação em matéria de proteção ambiental, higiene, saúde e segurança no trabalho.
2. A Segunda Outorgante, deverá apresentar antes do início da obra, o plano de proteção para a eliminação dos impactos ambientais negativos.

Cláusula 11.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do contrato, às exigências legais e normativas do sector aplicáveis às matérias objeto do contrato.
2. A Segunda Outorgante desde já declara e garante que cumprirá toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

Cláusula 12.^a
(Inspeção)

1. Realizadas as entregas formais dos objetos deste contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo de 7 (sete) dias, a uma Inspeção qualitativa do mesmo, com vista a verificar se reúne as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis, sem prejuízo pela fiscalização que decorrerá durante a fase de execução dos trabalhos.
2. Durante esta fase a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a colaboração e esclarecimentos necessários, podendo

fazer-se representar durante a realização dos mesmos através de técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito.

3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 13.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. A conclusão dos trabalhos deverá ser notificada pela Segunda Outorgante à Primeira Outorgante através de carta registada ou correio eletrónico,
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da correspondência referida no número anterior, a Primeira Outorgante promoverá a receção provisória dos projetos, fazendo-os inspecionar pela Fiscalização.
3. Após a realização da Inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante.
4. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) Item(ns), no prazo de 30 dias, ficando exclusivamente a cargo da Segunda Outorgante quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
5. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 14.^a
(Aceitação dos Projetos)

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade dos sistemas instalados, no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de Receção, no prazo 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.

8. O não pagamento dos valores contestados não justifica a suspensão imediata da execução da empreitada, devendo, no entanto, a Primeira Outorgante proceder ao pagamento da importância não contestada.
9. O não pagamento por mais de 60 dias leva de à suspensão imediata dos trabalhos e ao pagamento de juros de mora à taxa legal em vigor.

Cláusula 5.^a
(Recusa de Pagamento)

A Primeira Outorgante reserva-se o direito de não efetuar os pagamentos referidos na cláusula anterior se:

- a) Os trabalhos objeto de medição apresentarem vícios de execução ou não corresponderem à execução de que estava projetado;
- b) Nos trabalhos objeto de medição tiver sido utilizado qualquer material rejeitado pela Fiscalização ou não aprovado por ela;
- c) Se tratar, no todo ou em parte, de reconstrução de trabalhos já feitos, mas danificados pela Segunda Outorgante.

Cláusula 6.^a
(Prazos e Local de Entrega)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a materializar todos os trabalhos em no **máximo 02 (dois) meses**, com início após a assinatura do presente contrato, nos termos determinados no Plano de Trabalhos, incluindo o tempo de Aprovisionamento.
2. O local de materialização do projeto objeto deste contrato, é o indicado na Cláusula 1.^a
3. Os projetos só se considerarão concluídos quando a Fiscalização os aceitar provisoriamente, reportando-se os efeitos dessa aceitação à data em que a Segunda Outorgante tenha terminado definitivamente os seus trabalhos.

Clausula 7.^a
(Multa por violação do prazo de Entrega)

Na falta do cumprimento do prazo estabelecido neste contrato, a Segunda Outorgante ficará sujeita, à multa diária e nas seguintes condições:

- a) Multa diária de 1‰ (Um Por Mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias.
- b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2 ‰, do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua

globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por Cento) do preço contratual.

- c) A aplicação de multas contratuais à Segunda Outorgante, nos termos anteriores, deve ser precedida de Auto lavrado pela Fiscalização, do qual a Primeira Outorgante envia uma cópia à Segunda Outorgante, notificando-o para, no prazo de 10 (dez) dias deduzir a sua defesa.

Cláusula 8.^a
(Gestão do pessoal)

1. A Segunda Outorgante será responsável pelo pessoal afeto à instalação dos Pipelines objeto do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante será responsável perante a Primeira Outorgante e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal que utilizar na instalação dos equipamentos em questão e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento dos trabalhos.
3. A responsabilidade pela conformidade da instalação dos dois Pipelines 10" (Jet A1 e Gasolina), será exclusivamente da Segunda Outorgante, ainda que esta recorra a terceiros para a execução do Contrato.

Cláusula 9.^a
(Pessoal e Seguros)

1. A Segunda Outorgante ficará sujeita ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e da vigilância da saúde, relativamente a todo o pessoal afeto a instalação, sendo da sua conta todos os encargos daí resultantes.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro:
 - (a) Seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, devendo apresentar ainda, caso aplicável, no prazo de 10 (Dez) dias a contar da subcontratação, comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde;
 - (b) Seguro de responsabilidade civil contra terceiros;
3. As apólices dos seguros referidas nas alíneas do número anterior devem ser apresentadas pela Segunda Outorgante antes do início da execução dos trabalhos e sempre que lhe for exigido pelo Fiscal da obra.

2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos dois Pipelines de 10", (sendo um para Jet A1 e outro para o Gasolina) para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante.

Cláusula 15.^a
(Garantia)

1. A Segunda Outorgante garantirá, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a **Garantia de boa execução** contra defeitos de fabrico e instalação do objeto do presente contrato, pelo período de 5 (Cinco) Anos.
2. O prazo de Garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção provisória.
3. Durante o prazo de garantia a Segunda Outorgante será responsável pela conservação, reparação e reconstrução dos projetos.
4. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos fortuitos e de força maior.
5. Findo o prazo de garantia, a Segunda Outorgante deverá requerer à Primeira Outorgante através de carta registada ou correio eletrónico, a receção definitiva dos projetos.

Clausula 16.^a
(Documentos)

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente os Orçamentos 01 a 21 apresentada pela Segunda Outorgante.

Cláusula 17.^a
(Resolução por parte da 1^a Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:

- a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
- b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na (alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
- c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;

- d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- e) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
- f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
- g) Incumprimento da Segunda Outorgante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- h) Não envio do valor da caução para garantia de adiantamento por parte da Segunda Outorgante;
- i) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- j) Se a entrega/instalação dos dois Pipelines de 10" para Transporte do Jet A1 e da Gasolina, no presente contrato se atrasar por um período superior a 2 (dois) meses da data inicialmente prevista.

Cláusula 18.ª
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Clausula 19.ª
(Omissões)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida será o diferendo ou litígio submetido a Arbitragem.
2. Uma vez esgotados os 10 (Dez) dias sem ter alcançado o acordo a que alude número anterior, qualquer uma das partes poderá dar início à constituição de uma Comissão Arbitral que funcionará na cidade do Mindelo, em S. Vicente e será composta por três membros, sendo um nomeado por cada uma das partes e o terceiro, que presidirá, por acordo dos dois inicialmente designados.

3. Os Custos da Arbitragem serão suportados pela parte vencida ou por ambas as partes na proporção do respetivo abatimento, ou fixada pela aludida Comissão Arbitral.
4. A Primeira e a Segunda Outorgantes obrigam-se a cumprir na íntegra o presente contrato, aceitando-o nos exatos termos constantes das cláusulas expressas.
5. Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação da lei Cível vigente.

Cláusula 20.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil.

Este Contrato, constituído por 11 (onze) páginas, é feito em 2 (Duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

Assim o outorgam.

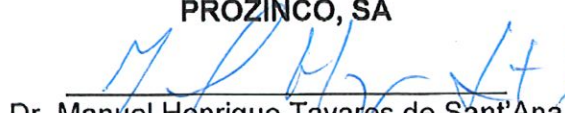
Feito na Cidade do Mindelo, aos 21 dias do Mês de julho do Ano de Dois Mil e Vinte e Dois

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante
PROZINCO, SA


Dr. Manuel Henrique Tavares de Sant'Ana
Administrador